

PINGA-FOGO

■ **UM VICE PARA BOLSONARO** - O clã de Jair Bolsonaro está tão confiante na aprovação da anistia que já começa a desenhar um nome para a cadeira de candidato a vice, ou melhor, candidata a vice. O nome da senadora Tereza Cristina começou a ser pensado. Para eles, a exclusão dela da chapa de reeleição foi o maior erro daquela campanha. Uma coisa é certa, o vice terá de ser uma mulher. Resta aprovar a anistia.

■ **FIGURINHA CARIMBADA** - O deputado federal General Eduardo Pazuello (PL-RJ) tem marcado presença cada vez mais nas cidades da região Sul Fluminense do estado. Isso porque, nesta quarta-feira (24) o parlamentar se encontrou com o prefeito Antônio Francisco Neto, antes de seguir para Resende, onde receberá uma homenagem, na Academia Militar das Agulhas Negras, com o título de Cidadão Resendense. O encontro, segundo Pazuello, buscou fortalecer e ampliar projetos voltados a área da saúde da cidade, com destaque para iniciativas de prevenção e diagnóstico precoce de doenças crônicas e oncológicas.

■ **O encontro, que aconteceu no gabinete do prefeito Neto, no Palácio 17 de Julho, contou ainda com a presença da médica oncologista Luciana Francisco Netto, coordenadora dos projetos LAO e PREVENIR; da também coordenadora Nathalia Almeida; e do engenheiro de projetos Carlos José Freire. Durante o encontro, foram apresentados os resultados já alcançados pelos programas implementados na cidade.**

■ **ENCONTRO DO PL JOVEM** - Aliás, o parlamentar retorna na Cidade do Aço no próximo sábado, 4 de outubro, para um encontro com o PL Jovem de Volta Redonda, na Câmara Muni-

cipal. A pauta, claro, é política. Nomes como o deputado estadual e Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, do presidente do PL Costa Verde, Renato Araújo e o delegado e ex-deputado federal Antônio Furtado já estão confirmados no encontro.

■ **NOVIDADES DA ABAV EXPO 2025** - A ABAV Nacional e a Fecomércio RJ apresentam para imprensa, nesta quinta-feira, 25 de setembro, as novidades da ABAV Expo 2025, a maior feira de turismo da América Latina. O encontro com os jornalistas acontece na sede da Fecomércio RJ, no Flamengo. Durante a coletiva, serão compartilhados detalhes da programação, números esperados de visitantes e expositores da próxima edição do evento, que acontece entre os dias 08 e 10 de outubro de 2025, no Riocentro.

■ **SUSTENTABILIDADE** - Nos dias 23 e 24 de setembro, o Museu Imperial promoveu a “Oficina Interna de Planejamento Socioambiental”, realizada em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP. A iniciativa integrou a programação da 19ª Primavera de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O objetivo foi estimular práticas conscientes de preservação ambiental dentro da instituição, reforçando a importância do engajamento coletivo para a construção de uma cidade mais sustentável.

■ **MAIS MATA** – A Prefeitura de Guapimirim abriu uma consulta pública para a expansão dos limites do Parque Natural Municipal Nascente do Jaíbi. Segundo o município, o objetivo é expandir aproximadamente 600 hectares de floresta, preservando a fauna e a flora da região.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



O deputado federal Eduardo Pazuello foi homenageado no município de Resende, com o título de Cidadão Resendense na Aman. Na foto, o general ladeado pelo prefeito de Resende, Tande Vieira (e) e pelo vereador Roque Campeão da Saúde (d)



Na sequência: o vice-prefeito de Volta Redonda, Sebastião Faria, o homenageado deputado Pazuello e o vereador Zé Antônio



Antes da homenagem em Resende, Pazuello esteve em Volta Redonda, onde se reuniu com o prefeito Neto, em seu gabinete. Na foto, da esquerda para direita: o engenheiro de projetos, Carlos José Freire; deputado federal General Pazuello; prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto; médica oncologista e coordenadora do projeto LAO e PREVENIR, Luciana Francisco Netto; e a também coordenadora Nathalia Almeida



Fotos Divulgação

Pazuello com os vereadores Roque Campeão da Saúde (e) e Fábio Lucas (d)



A vice-prefeita de Quatis, Ivone Bento, prestigiou a noite de homenagem a Pazuello em Resende



Pazuello encontrou com Neto no Palácio 17 de Julho, sede da prefeitura de Volta Redonda

Fernando Molica

O faroeste suicida na Alerj

Ao aprovar volta da chamada gratificação faroeste — uma grana extra para policiais civis que matarem bandidos — a Assembleia Legislativa do Rio tomou uma atitude que, em alguns casos, tem potencial para assumir um caráter suicida: nos últimos seis anos, pelo menos 15 deputados ou ex-deputados estaduais fluminenses foram presos ou condenados. O último a ser levado pela polícia foi TH Jóias (MDB), acusado de ser do Comando Vermelho. Em 2019, um levantamento feito pelo portal G1 revelou que dos 70 deputados estaduais do Rio, 16 — 23% do total — respondiam a processos judiciais ou estavam presos, acusados de crimes como corrupção, compra de votos e falsidade ideológica. Em tese, todos poderiam ser chamados de supostos bandidos, alvos, portanto, de alguma ação policial. Caso o artigo não seja vetado pelo governador Cláudio Castro (PL), todos nós estaremos em risco; ninguém está livre de ser considerado bandido por policiais. A situação ficará ainda mais delicada para quem já é suspeito de ter cometido algum crime. Caso venha a ser “neutralizado” (este é o verbo utilizado no projeto), sua vida pregressa reforçará a narrativa de que resistiu à abordagem policial

— a ocorrência de confronto é essencial para o pagamento do bônus, que pode chegar a 150% do salário do agente. Entre 1995 e 1998, quando houve tal gratificação, todos os policiais que pediam a grana extra alegavam que as vítimas tinham iniciado um conflito. Assim como naquela época, o novo projeto não prevê pagamento apenas no caso de morte de pessoas condenadas; para efeito de gratificação, bandidos são aqueles que a polícia diz que são bandidos. De um modo geral, os assim classificados são pretos e pobres, mas gravata não é escudo capaz de barrar a eventual truculência. Na discussão da atual proposta, o deputado Carlos Minc (PSB) lembrou que, durante a vigência do bônus, um estudo revelou características de execução em 64% dos corpos — tiros disparados na nuca, nos ouvidos, nas costas ou com o cano da arma grudado no corpo da vítima. A análise, feita Instituto de Estudos Religiosos (Iser), revelou que a premiação fez aumentar de 16 para 32 a média mensal de mortes em ações da polícia na capital do estado. Em 1998, Minc foi o autor do projeto de lei que terminou com a gratificação. Na época, um jornal carioca ressaltou que profissionais que salvavam vidas — como bom-

beiros ou guarda-vidas — não tinham direito a qualquer bonificação, que era privilégio dos que matavam. A proposta de retorno da gratificação foi aprovada por larga margem: apenas 17 parlamentares votaram por sua retirada do projeto; 45 foram contra. A discussão repetiu o padrão que costuma ocorrer em situações semelhantes: deputados à esquerda criticaram o bônus, os da direita foram favoráveis e acusaram os primeiros de defenderem bandidos. Um dos autores do projeto é Rodrigo Amorim (União Brasil), líder do governo na Alerj — em 2018, ele foi um dos que quebraram a placa com o nome da vereadora Marielle Franco (Psol). Seu companheiro na empreitada foi Daniel Silveira; na época, ambos eram candidatos a cargos parlamentares. Em 2022, Silveira, já deputado federal, seria condenado pelo Supremo Tribunal Federal a oito anos e nove meses de prisão por ameaçar o Estado Democrático de Direito e tentar interferir em processo judicial. A decisão também incluiu a perda de seu mandato. Silveira cumpre pena, em regime semiaberto, no presídio Colônia Agrícola de Magé (RJ), ao lado de outros classificados como bandidos pela Justiça.

Tales Faria

Enterro da blindagem foi a extrema unção da anistia ampla

Dizem os escritos cristãos que a “extrema unção” é um dos sete sacramentos da Igreja Católica, administrado a doentes e idosos em perigo extremo de perder a vida. Tem o objetivo de fortalecer a alma e, se for da vontade de Deus, conceder a cura. A extrema unção é ministrada por um sacerdote por meio da unção com “óleo abençoado” a fim de oferecer perdão de pecados, conforto e preparação para a morte. Essa aproximação extrema do seu fim é a situação que vive hoje no Congresso o projeto de anistia ampla, geral e irrestrita: está à beira da morte. O relator do projeto na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), até já mudou o título para “Projeto da Dosimetria”: em vez de anistia ampla, geral e irrestrita, tratará da diminuição das penas para a raia miúda dos invasores das sedes dos Três Poderes. A minuta do projeto divulgada pelos bolsonaristas beneficiava o chamado “núcleo crucial” do comando da tentativa de golpe de Estado, chefiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os bolsonaristas contavam

salvar a anistia ampla pelo “óleo abençoado” do interesse do centrão em outro projeto, a chamada PEC da blindagem. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que blindaria parlamentares e presidentes de partidos contra investigações e processos por acusação de cometimento de crime comum. O acordo chegou a ser fechado e resultou na rápida aprovação da urgência para a votação da anistia na Câmara, logo após a aprovação da PEC da Blindagem, no último dia 16. A bancada do PL votou quase unanimemente a PEC: 83 deputados a favor, apenas cinco ausências e nenhum voto contra. Somaram-se ao centrão, cujo núcleo de partidos (PP, União Brasil e Republicanos) deu 141 votos a favor, apenas 7 contrários, uma abstenção e cinco ausências. Mas nesta quarta-feira, 24, o Senado enterrou a PEC da blindagem. O enterro ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça da Casa ao negar por unanimidade a constitucionalidade do texto proposto. O motivo nada teve a ver com o juridiquês de constitucionalidade ou inconstitucionalidade. A PEC, antes aprovada rapidamente pela Câmara com mais de 300 vo-

tos, morreu por motivo político: o rompimento do acordo entre o centrão e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. O acordo foi quebrado por causa das manifestações populares contra a blindagem que amarraram o centrão aos bolsonaristas. Uma ligação perigosa às vésperas das eleições do ano que vem, quando a popularidade de Bolsonaro e seus filhos são atropeladas pelo trabalho do clã em favor do tarifaço de Donald Trump contra as empresas brasileiras. O centrão passou a considerar tóxica a proximidade com o bolsonarismo e rompeu o acordo. Enterrou a PEC com pompa e circunstância na CCJ do Senado, sem chances de deixar o projeto ir ao plenário e obrigando até os bolsonaristas a votarem pelo fim da blindagem. Líder da Minoria no Senado e dos bolsonaristas, até Rogério Marinho (PB), que tinha sugerido simpatia pelo projeto mudou de enfoque. Votou pela derrubada argumentando que “o Brasil não precisa de blindagem” e que “quem está blindado é o STF”. Foi a linha seguida pelos demais bolsonaristas na CCJ para também votar pelo enterro do PL. Afinal, o tal “óleo abençoado” não veio.